



EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

A educação sempre foi preocupação dos que trabalham numa perspectiva libertadora. CONTEXTO PASTORAL aborda o tema com enfoque na questão das práticas educativas religiosas no âmbito escolar e eclesial, com análises sobre o contexto da educação e o papel do educador.

ANÁLISE — Páginas 5 a 8

“Para que o mundo creia...”

O ecumenismo e o debate ecumênico são destaque nas seguintes seções:

ENTREVISTA — “Bons tempos para o barco ecumênico”. O bispo metodista Paulo Ayres Mattos informa e opina sobre a conjuntura do Conselho Mundial de Igrejas. Página 3

NOTAS — Novas informações sobre a 1ª Jornada Ecumênica (Mendes/RJ, 11 a 16 de outubro de 1994). Página 4

IDÉIAS — “Ecumenismo e Diferença — I”. Joanildo Burity reflete sobre a temática na página 9

Liturgia

Pentecostes é uma data significativa para as igrejas cristãs, quando a força e a coragem que vêm do Espírito de Deus são celebradas e evocadas. CONTEXTO PASTORAL publica uma sugestão de liturgia para o dia de Pentecostes preparada pelo Rev. Luiz Caetano Teixeira. Página 12

Sexualidade: uma questão teológica?

O suplemento DEBATE apresenta neste número a questão da sexualidade, que, apesar de ser um tabu para as igrejas, merece uma reflexão cuidadosa para que barreiras sejam rompidas em nome da plena libertação do homem e da mulher.



Educação, presente!

Educar é um desafio que vem sendo enfrentado há tempos, das mais diversas formas e com os mais distintos objetivos. Desde os que se sentiram iluminados pelo saber até aqueles que se tornaram oprimidos pela vergonha de declararem-se educadores. Quanto aos últimos, destacam-se alguns dos movimentos de educação nos quais o educando tem papel preponderante. Mas são águas passadas que hoje já equilibram o barco entre a necessidade de formar consciências e de ensinar conteúdos. Algumas dúvidas afloram da situação em que nos encontramos.

A batalha pelo fim das consciências críticas foi vencida pela ditadura militar? Esta não é uma pergunta fácil de responder. Se falarmos honestamente, as tendências não são otimistas. A fragmentação e a personalização das questões públicas são cada vez mais crescentes. O universo urbano e suas violências, associados a uma condução política feita para poucos e por poucos, têm revelado as faces mais incômodas das consciências: a corrupção como regra de poder; a sedução pelo autoritarismo — fechamento do Congresso — pelo senso comum; o individual supervalorizado em oposição à solidariedade...

Mas há sinais de uma reserva de fundamento ético gratificante, tais como as que vemos na Campanha contra a Fome. Sabemos, no entanto, que outros claros se abriram na formação da população brasileira: desinformação, desinteresse pela educação formal, entre outros. E para esse tipo de problema — de conteúdos formais do ensino —, ainda teremos que atravessar muitos anos para uma recuperação efetiva, haja visto o sucateamento do ensino público em curso nas últimas décadas.

Abrindo a reflexão para outro campo da educação, a religiosa, mantemos nossa postura indagativa: Que contribuição se deu e que batalhas se travaram e se ganharam ao longo das últimas décadas? Assim como outros projetos de educação não-formal, a educação cristã viu-se às voltas com desvios. Em que medida compreendemos as especificidades do espaço sagrado e valorizamos a espiritualidade? Em que medida formamos homens e mulheres eticamente comprometidos com o Evangelho?

Dúvidas ou questões como estas e outras que nos inquietam podem ser dialogadas com o leitor nas análises desta edição de CONTEXTO PASTORAL.

Ampliando os limites dos desafios da educação cristã, o Suplemento DEBATE enfrenta a questão "Sexualidade: uma questão teológica?". Uma prática educacional cristã não pode deixar de levar à libertação integral do ser humano, a qual inclui todos os aspectos da vida. DEBATE traz uma contribuição à discussão ao tocar nesse assunto-tabu que precisa ser rompido nas igrejas.

CARTAS

Escreva para CEBEP — Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073-120, Campinas/SP — ou CEDI — Rua Santo Amaro, 129, 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.

Prezados irmãos da Redação:

Tenho recebido regularmente o jornal CONTEXTO PASTORAL até o nº 16, e também outras publicações e informações exaradas dessa Redação.

Por meio desta, quero reiterar o meu desejo de continuar recebendo-os e alterar o meu endereço para tal. Antes, porém, desejo expressar a minha admiração pessoal pelo trabalho que mormente o Jornal vem prestando àqueles cristãos sérios e autênticos, que desejam ver o Reino de Deus implantado do coração de todos os homens.

Manoel P. Coelho
Vila Velha/ES

Irmãos do CONTEXTO PASTORAL:

Há muito tempo que queríamos entrar em contato com vocês para ver a possibilidade de uma assinatura do jornal CONTEXTO PASTORAL. Já lemos alguns artigos e gostamos da linha e do conteúdo. Com certeza vai-nos fazer bem também ao povo a quem servimos.

Com saudações,

Genoveva Santos Amorim
Teresina/PI

Há quase um ano sou assinante do CONTEXTO PASTORAL e gostaria de aproveitar esta oportunidade para felicitá-lo pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente desse periódico. (...) Em Cristo Jesus,

Jairo Lucas Calixto de Oliveira
Rio de Janeiro/RJ



CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do
Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais — CEBEP
(Rua Rosa de Gusmão, 543 — 13073-120, Campinas/SP. Tel. e fax 0192-41-1459) e do **Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI**
(Rua Santo Amaro, 129 — 22211-230, Rio de Janeiro/RJ. Tel. 021-224-6713 e fax 021-221-3018)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes
Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia (MTb 18.481)

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e Impressão
Tipológica Comunicação Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
0,5 URV

Assinatura anual
5 URVs

Assinatura de apoio
6 URVs

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: 5 URVs
Assinatura de apoio: 6 URVs
Exterior: US\$ 15,00
Número avulso: 0,5 URV

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral — Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

Pastoral urbana: a fé cidadã

Como a pastoral pode contribuir para que a cidade deixe de ser inimiga e passe a ser vista como lugar onde a maioria do nosso povo (74%) luta pela vida em busca de um lar? Já não faz sentido combater a cidade. Para que haja uma pastoral urbana é preciso que esta opte pela cidade, que lute para torná-la viável, caso contrário será uma pastoral antiurbana.

Partindo dessas reflexões, o Cebep está convocando todas as pessoas interessadas para participarem da XIV SEMANA DE ATUALIZAÇÃO TEOLÓGICA (SAT) cujo tema é "Pastoral urbana: a fé cidadã". O evento vai acontecer nos dias 7-10 de julho em Vinhedo/SP. Inscrições e informações podem ser obtidas no Cebep: Rua Rosa de Gusmão, 543, Campinas, 13073-120, SP — tel. e fax (0192) 41-1459.

BONS VENTOS PARA O BARCO ECUMÊNICO

ENTREVISTA COM O BISPO PAULO AYRES MATTOS
Por Paulo Roberto Salles Garcia

Se depender do Conselho Mundial de Igrejas, o movimento ecumênico vai viver uma nova fase, marcada por um esforço mais determinado em busca da unidade dos cristãos. Este pensamento foi ratificado durante reunião do Comitê Central da entidade, que reuniu, em Johhanesburgo (África do Sul), cerca de 150 pessoas de todas as partes do mundo. Para o bispo metodista brasileiro, Paulo Ayres Mattos, que é vice-moderador da Unidade III (Justiça, Paz e Integridade da Criação) do CMI, o processo de reestruturação por que passou o organismo ecumênico vai trazer novo ânimo e novas perspectivas. De passagem pelo Rio de Janeiro, o bispo concedeu a seguinte entrevista ao CONTEXTO PASTORAL.

Quais foram os principais encaminhamentos da reunião do Comitê Central?

Em primeiro lugar, podemos assinalar o término do processo de reestruturação do Conselho Mundial de Igrejas, já que as quatro unidades — resultantes dessa reformulação — estão funcionando na plenitude de suas responsabilidades. Foi um processo muito longo, mas a entidade tem hoje uma estrutura de programas que possibilita uma visão global e holística da ação das igrejas através do movimento ecumênico. Isso é fundamental, porque hoje há uma interpenetração das unidades — a primeira tem a ver com a unidade da Igreja e educação teológica; a segunda diz respeito à missão, saúde, educação; a terceira refere-se à Justiça, Paz e Integridade da Criação; e a quarta tem a ver com a ação de apoio e solidariedade às igrejas. Hoje se pode sentir uma unidade de direção, pensamento e ação dentro do CMI.

O segundo aspecto importante foi a afirmação da liderança do novo secretário-geral, Dr. Konrad Raiser, na nova etapa da entidade. A participação dele pode ser sentida com clareza em todas as áreas. A estrutura nova adquire um espírito igualmente novo em função da sua liderança visível. Sua visão holística do movimento ecumênico vai na direção de uma teologia e de uma prática coerentes e vitais.

Outro encaminhamento relevante foi a aprovação de uma moção pelo levantamento das sanções financeiras e econômicas contra o governo da África

do Sul, em função do desmantelamento do *apartheid*, regime hediondo que perdurou durante 14 anos naquele país.

O que foi decidido sobre a próxima Assembléia Geral?

A cidade de Harare (Zimbabwe) foi escolhida para sediar a Oitava Assembléia Geral. Essa opção é muito importante porque leva a Igreja a uma das áreas nas quais o CMI fez sentir sua presença de uma forma intensa na luta contra o *apartheid*, contra o racismo, contra o colonialismo na África. Houve uma presença muito forte das igrejas cristãs nisso tudo. Impressiona perceber que na África do Sul as igrejas ecumênicas têm uma força muito grande, uma autoridade moral e espiritual.

Há alguma novidade em relação aos programas de ação que o CMI mantém?

Foram reafirmados alguns programas básicos, como o de combate ao racismo e o de ajuda solidária às igrejas, e a intensificação das ações da Década Ecumênica de Solidariedade às Mulheres. Discutiu-se, também, a possibilidade de criação de um programa de combate à violência, em moldes semelhantes ao programa contra o racismo. Somam-se a isso o enfrentamento, por parte das igrejas, de diversas questões pungentes nos dias de hoje, como o papel das igrejas em face da epidemia da Aids; e a questão da recuperação do papel do leigo nas igrejas, no sentido de valorizá-lo em face dos desafios enfrentados hoje.

Qual o significado da reunião do Comitê Central para o movimento ecumênico?

Essa reunião deixou muito claro que o CMI, pela abrangência da agenda que foi encaminhada durante a reunião e pelas decisões tomadas, projeta-se como uma instituição decisiva para o movimento ecumênico no mundo todo. O Conselho Mundial de Igrejas não é o movimento ecumênico, mas constitui uma ferramenta muito importante nesse processo. Em consequência disso, o ecumenismo vai sofrer uma injeção de ânimo e de vigor que estava sendo necessária. Essa mudança na estrutura do CMI vai positivamente afetar todo o movimento ecumênico.

Que momento vive o movimento ecumênico hoje?

É importante que se reconheça que a situação atual é bastante difícil. Nos últimos dez anos, houve um retrocesso



José Lima Jr.

O movimento ecumênico vai sofrer uma injeção de ânimo e de vigor que estava sendo necessária

bastante grande por parte das igrejas em seu compromisso com o movimento ecumênico. Há também diferentes projetos ecumênicos que não conseguem ser compatibilizados, como, por exemplo, o conflito sério entre a visão da Igreja Católica sobre o movimento ecumênico e a visão das igrejas que fazem parte do CMI. Estas demonstram uma abertura para considerar a eclesialidade de cada Igreja, inclusive a da Igreja Católica, mas a recíproca não é verdadeira, apesar de perceber alguns dos elementos da eclesialidade (como batismo, leitura da Bíblia, vida de oração).

Há também a dificuldade das igrejas evangélicas não-ecumênicas em assumir a dramaticidade da divisão dos povos cristãos. Ao contrário, há um processo cada vez maior de divisões e uma tendência sectária de cada uma dessas pequenas igrejas se considerar "a Igreja".

Entretanto, percebe-se que há uma sensibilidade muito grande de alguns segmentos evangélicos, como os evangélicos. Isso ficou claro em um encontro realizado na América Latina com lideranças evangélicas em que a questão da unidade da Igreja foi colocada de forma bastante intensa, além do reconhecimento de que a divisão é um obstáculo à missão da Igreja no mundo e à unidade de toda a humanidade. Isso sem falar no fato de que existe no mundo todo, não só entre as igrejas cristãs mas entre outras religiões e outros grupos, o reconhecimento de que o futuro da vida na Terra depende da superação da intolerância e do sectarismo, do reconhecimento das diferenças e da ne-

cessidade de realizarmos os propósitos do Deus da Vida que deseja que "todos tenham vida e vida em abundância". Há sinais muito fortes de que as forças de divisão encontram uma contrapartida em termos dessas iniciativas de que falamos acima.

Qual sua opinião sobre extensa reportagem em uma edição do Jornal Nacional, da Rede Globo, na qual houve uma acusação de que uma entidade chamada Conselho Mundial de Igrejas Cristãs estaria manipulando os povos indígenas e lucrando com as missões, e por isso contrária a uma mudança na Constituição no que se refere ao capítulo da demarcação daquelas terras?

Estávamos reunidos em Johhanesburgo quando essa notícia foi veiculada. As autoridades do Conselho Mundial de Igrejas entenderam que as reações do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) [Contexto Pastoral n.18, jan-fev/94], do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já foram suficientes para dar uma resposta àquela matéria. Como essas notícias mesmo deixam claro, tal matéria já foi completamente desmascarada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito quando veio à tona em 1988 durante a elaboração da Constituição. Portanto, a nossa impressão é a de que o que aconteceu — até mesmo o espaço na imprensa para o ministro Rubens Ricúpero, que colocou as informações em ordem — mostra claramente que a matéria visava muito mais a veiculação da pressão dos lobbies contra os direitos dos povos indígenas que estão atualmente em discussão na revisão constitucional. Na verdade, a intenção não era atingir o Conselho Mundial de Igrejas, mas propriamente os povos indígenas.

O CMI continua fiel ao seu compromisso de solidariedade e apoio a todos os setores marginalizados, oprimidos e espoliados, entre os quais se situam os povos indígenas e aborígenes de toda a Terra. Com o Programa de Combate ao Racismo, a entidade continuará prestando solidariedade a todas aquelas comunidades que, na mesma situação dos povos indígenas do Brasil, estão sendo ameaçadas de extinção. Por ser um compromisso evangélico, creio que o CMI, juntamente com as igrejas cristãs no Brasil e com as diversas entidades de defesa dos direitos humanos, não vai esmorecer diante de qualquer ataque, venha de onde vier.

Grã-Bretanha ordena mulheres anglicanas

Em meio a uma grande polêmica, os integrantes do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra, o mais alto órgão legislativo da Igreja Anglicana, tomaram uma decisão histórica: ordenaram as primeiras sacerdotisas naquele país.

Até agora, as mulheres britânicas só podiam chegar a diaconisas, ou seja, fazer batismos, casamentos e enterros. Com a ordenação feminina, não haverá mais atribuições exclusivas do sexo masculino.

Ainda que algumas das 30 igrejas anglicanas autônomas espalhadas pelo mundo já adotem o sacerdócio feminino — no Brasil a decisão vigora há dez anos e são treze as mulheres ordenadas —, a medida na Inglaterra teve maior repercussão por ser a "Igreja-Mãe".

A nova ordem na Igreja Anglicana já está se refletindo no comportamento dos fiéis. Em várias paróquias, o comparecimento aos cultos diminuiu desde que começou a polêmica, e vários sacerdotes ameaçam passar ao catolicismo. Por outro lado, os adeptos da tão esperada ordenação de mulheres estão otimistas, acreditando que a medida atrairá setores mais progressistas, que antes viam a igreja britânica como uma instituição estagnada e incapaz de evoluir.

Irreversível. Para a pastora anglicana brasileira, Anésia Nascimento de Jesus, a ordenação feminina é apenas uma fachada para encobrir outras questões que envolvem a Igreja da Inglaterra. "A gota d'água foi a ordenação de mulheres", avalia. Segundo ela, o descontentamento pode provocar a saída de grupos impactados com o "choque cultural" que representa a liderança das

mulheres, mas também a chegada de outros que percebem na iniciativa "um elemento extremamente positivo para a abertura da Igreja a outros aspectos igualmente importantes".

Para a pastora, que exerce o ministério desde 1991 no sul do País, o processo é irreversível. "Evidentemente, as mulheres serão responsabilizadas por qualquer consequência negativa que possa ocorrer na Igreja". Entretanto, ela está otimista: "Se ocorreu na Inglaterra, que é igreja-mãe, certamente a ordenação feminina vai chegar a regiões onde o tema ainda está sendo discutido, como na Austrália e na África".

CEBEP discute desafios da pastoral

Realizou-se em Campinas/SP (3 e 4 de fevereiro) a Assembleia Geral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep). Partindo de uma análise da conjuntura religiosa, política, social e econômica da América Latina, os participantes refletiram sobre os desafios da pastoral, levando-se em conta o fenômeno das grandes concentrações urbanas, no campo social; o advento do liberalismo, no campo econômico; e as várias experiências alternativas, no campo religioso.

À luz dessa análise, o Cebep estabeleceu as prioridades de ação para o biênio 94/95: apoiar teórica e praticamente a consolidação de uma pastoral urbana que reconheça a cidade e possibilite o surgimento de mecanismos que a tornem mais humana e viável; dar continuidade a seu trabalho de educação bíblico-teológico-pastoral contextualizada permanente que visa oferecer oportunidade de reciclagem contínua; e produzir material didático popular que permita a socialização das experiências acumuladas a partir da prática da entidade.

GRANDES QUESTÕES DO ECUMENISMO BRASILEIRO SÃO TEMAS DA JORNADA

As reflexões e discussões da 1ª Jornada Ecumênica (Mendes/RJ, 11 a 16 de outubro) serão trabalhadas em três módulos temáticos: Unidade Cristã, Igreja e Sociedade e Diálogo Pluricultural. A idéia é destacar temas abrangentes que correspondam à prática histórica do Movimento Ecumênico internacional, isto é, a tridimensionalidade que o ecumenismo tem buscado manter. Em outras palavras, a relação permanente entre a unidade dos cristãos, o serviço ao próximo e a aproximação fraterna com outras religiões e expressões culturais.

O desdobramento desses temas será efetuado por meio de oficinas. No primeiro módulo serão discutidos os subtemas: Bíblia, Liturgia e Simbólica, e Espiritualidade e Formação. A experiência tem demonstrado que nessas três áreas aglutinam-se tanto os mais significativos avanços quanto os mais intrincados problemas referentes à unidade cristã em nosso país.

No segundo módulo serão tratados os subtemas: Teologia e Economia, Teologia e Política, e Cidadania e Dignidade. Essa reflexão pretende realizar a crítica e a autocritica da metodologia teológica e da prática pastoral latino-americanas, das quais o Movimento Ecumênico é seguidor. Ao mesmo tempo, situar e interpretar ecumenicamente as questões políticas e econômicas decorrentes das tentativas de implantação do modelo neoliberal em nosso Continente.

No terceiro módulo, serão



debatidos os subtemas: Mulher e Teologia, Teologia Negra, e Novos Movimentos Religiosos. O objetivo é concentrar a atenção sobre os temas emergentes e de fronteira que destacam a dimensão cultural. As temáticas da negritude e do gênero têm estado muito próximas e são desafiadoras. A eclosão dos novos movimentos configura-se como o mais importante fenômeno do campo religioso nacional.

Documento. Os participantes da 1ª Jornada Ecumênica indicarão o subtema que gostariam de desenvolver nos primeiros dias do encontro. No quarto e quinto dias haverá uma socialização do trabalho das oficinas em plenário, que aprovará um documento ou pronunciamento final da Jornada, destinado ao Movimento Ecumênico.

Os assessores e assessoras convidados são pessoas com reconhecida inclinação ecumênica, e cuja produção tem subsidiado a práxis pastoral ecumênico-libertadora, nas diferentes regiões do País. O evento contará com a participação especial do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, Konrad Raiser, em sua primeira visita ao Brasil.

Participe! Inscrições abertas.

ELEIÇÕES E IGREJAS "REVANCHE" POLÍTICA NAS ELEIÇÕES

A Igreja Católica vai apresentar aos candidatos a presidente um projeto para o País no qual propõe o fim do que chama "democracia das elites". A idéia incentiva uma "revanche" política nas eleições deste ano: "usar o voto para julgar os congressistas e políticos que traem seu mandato popular".

O texto "Brasil: Alternativas e Protagonistas" é a forma pela qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quer influir na eleição presidencial, além de propor um projeto político-econômico de longo prazo para o País.

O documento sustenta que o Brasil é uma "sociedade em que se pratica apenas a democracia das elites", na qual "evita-se e teme-se a consulta aos cidadãos".

Propostas. A educação é classificada no documento como a prioridade "de maior impacto" para mudar o País e que "verdadeiramente garantiria a distribuição de renda e justiça social". O tema é visto como a condição básica para o desenvolvimento e exercício da cidadania.

Na parte que trata dos meios de comunicação, o documento vê aspectos "contraditórios": "Menos de nove famílias controlam cerca de 90% de tudo o que os brasileiros lêem, ouvem e vêem através desses meios", destaca. (FSP, 15/2/94)

24/3/80 — MORTE DE DOM OSCAR ROMERO

Em fevereiro de 1977 assumia o arcebispado de San Salvador um bispo considerado tímido e próximo dos setores governamentais e militares — d. Oscar Romero. No mês seguinte era assassinado o jesuíta Rutilio Grande. Isso abriu os olhos do arcebispo Romero.

El Salvador vivia um clima de guerra civil, com a economia nas mãos de 36 famílias detentoras de 60% das melhores terras. O governo do general

Carlos Romero foi especialmente violento na repressão, e as Juntas Governamentais que o sucederam foram incapazes de contê-la. Um bom número de agentes de pastoral leigos, religiosos e sacerdotes comprometidos com o povo passaram a sofrer efeitos da repressão.

A postura de d. Romero tornou-se cada vez mais profética em defesa de milhares que viviam em extrema miséria nas zonas rurais; quando dirigia-se aos setores oligárquicos, era severo no julgamento.

No dia 24 de fevereiro ele anunciou que recebera ameaça de morte, e afirmava: "Mas que conste que a voz da justiça já não pode mais ser morta por ninguém!". Um mês depois, durante uma celebração eucarística, foi metralhado.

Para a Igreja latino-americana surgia um novo "exemplar", um bispo-mártir. Sua morte tornou-se símbolo de todas as situações de morte deste continente, índice legitimador de uma teologia dos fracos.

Educação Popular: o dedo na ferida... mas nem tanto!

Paulo Cezar Loureiro Botas



Nestes anos de 1990, no Brasil, a crise educacional atinge níveis jamais pensados. As escolas formais vivem o impasse de não conseguirem enfrentar os novos tempos, seja do ponto de vista dos conteúdos, seja no que se refere à infra-estrutura de apoio. A homogeneização cultural imposta pela informática e pela "vida simulada" nos jogos de vídeo — nos quais crianças e adolescentes experimentam emoções e sentimentos sem sair do sofá da sala — é um fato e um desafio. A "juventude proletária" dos centros urbanos se consome nas lojas de videogames que lhes vendem a ilusão da força e do poder. A escola pública está absolutamente defasada não só pelos salários dos professores, mas pelo conteúdo dos programas os quais ainda refletem a Lei 5.692 (do ensino profissionalizante).

Os programas de Educação Popular (EP) foram, em sua maioria, absorvidos pelos cursos supletivos das escolas públicas a partir de uma luta reivindicatória justa e necessária.

No entanto, o que fazer com a EP como "espaço não-formal"? Não podemos negar a enormidade de organizações não-governamentais (ONGs) ou mesmo de entidades de serviço que têm sua marca em programas de EP e que caminham a passos largos para a produção de políticas públicas ou governamentais.

Formamos quadros para a transformação social? Conseguimos romper nossas estruturas burocráticas que, às vezes, se perpetuam indefinidamente ainda que a realidade política e social se transforme? Renovamos nossos conteúdos, estratégias? Temos dado oportunidades para que jovens egressos das universidades e de movimentos sociais assumam a liderança desse processo educacional ou nos mantemos a partir de nossas teses acadêmicas — nós, outrora militantes e, hoje, senhores mestres e doutores que repetimos nossas idéias em congressos, simpósios, seminários, mesas-redondas, etc?

Todos nos conhecemos na América Latina. Ou pelos nossos organismos nos quais envelhecemos como burocratas, ou pelas inumeráveis consultas em que desfilamos o nosso saber acumulado a partir da coordenação de programas de EP cuja extensão e irradiação social tem deixado muito a desejar.

Os programas de Educação Popular e Cultura devem retomar sua inspiração fundante: a transgressão e o confronto político a partir das situações-limite

É tempo de avaliar. Não para nos lamentarmos do que não fizemos, mas para atender aos desafios existentes na sociedade atual após as crises dos socialismos, a queda do Muro, o fim da URSS e o impasse das nossas administrações populares que, desde 1982, têm enfrentado a corrupção do aparelho burocrático do Estado.

Acredito em programas de Educação Popular e Cultura, desde que retomemos sua inspiração fundante: a transgressão e o confronto político a partir das situações-limite.

EP e a valorização da cultura local

A descoberta da diversidade e da pluralidade cultural possibilitou aos programas de EP o repensar das formas homogêneas e dos métodos unificadores que vinham sendo utilizados.

Não há possibilidade de ação cultural sem transgressão. A educação formal transmite conteúdos previamente estabelecidos os quais não consideram a pluralidade cultural nem valorizam a cultura local ou regional. Por exemplo, numa região madeireira do Paraná, as crianças são estimuladas a fazer artesanato em barro, ou nas cartilhas de alfabetização para escolas rurais encontram-se frases como: "Vovó colocou *glacê* no bolo"; "Ivo deu a *luva* a Aline"; "Mamãe toma vinho na *taça de cristal*".

O mesmo serve para as escolas públicas que absorveram conteúdos da EP e, ao invés de, no primeiro grau, ensinarem da melhor maneira possível os alunos e alunas a ler, escrever e contar, ensinam a "educação para o trabalho", em que plantam hortas, fazem mutirão, em detrimento de um forte aprendizado que lhes garantirá a apropriação posterior de conteúdos. Temos que cuidar, se não estaremos formando os futuros "chacreiros" dos patrões "ilustrados".

Em síntese, os mesmos conteúdos não servem para todos os lugares e pessoas em qualquer tempo. É preciso con-

siderar a cultura local: o modo como as pessoas vivem, sentem, produzem símbolos, se interpretam e se compreendem. Não pode haver uma política única de EP mas políticas de educação popular localizadas ou regionalizadas.

EP como pedagogia de formação política

Embora programas de popularização educacional tenham tido bons resultados em gestões públicas de "esquerda", não podemos subtrair a importância da EP como "pedagogia de formação política".

Entendo formação política como "o facilitar" das condições para vivenciar o "confronto ideológico", isto é, o exercício crítico da reflexão e dos conteúdos, "o confronto político" que se manifesta em ações e gestos coletivos para a superação das discriminações sociais e políticas. Não penso em "fazer a cabeça" de militantes, mas garantir uma "pedagogia do conflito", da qual emergem as contradições pessoais e sociais exatamente pela diversidade cultural onde elas são produzidas e vivenciadas.

EP como espaço alternativo de formação

Ainda que programas de escolarização supletiva possam ser reconhecidos como conquistas das escolas públicas, a partir da pluralidade cultural, a EP tem um papel fundamental na transmissão de conteúdos que ampliem as consciências e possibilitem práticas e experiências inéditas que, no processo mesmo onde acontecem, devem ser avaliadas e permanentemente reorientadas. Nada é definitivo como a escola formal que demora anos para mudar seus conteúdos. Impossível uma transformação enquanto permanecer a Lei 5.692; é espantoso que nenhum deputado de "esquerda" tenha se dado conta disso.

A EP tem a função histórica de criar espaços alternativos de experiências de ponta ou mesmo de enfrentamento das situações-limite colocadas por nossas organizações civis: partidos, sindicatos, igrejas e administrações públicas.

EP e sociedade civil

O papel da EP é o de ser "uma reserva crítica" aos organismos da sociedade civil cuja tendência é universalizar o particular onde atuam e ter uma visão corporativa das suas lutas e anseios. A ela cabe a situação incômoda de sem-

pre estar questionando as posições dogmáticas e ortodoxas, "politicamente corretas", que sempre procuram "corrigir os desvios".

Pergunto se nossos programas têm garantido esta reserva ou têm-se atrelado, de alguma forma, ao canto da sereia desses organismos civis, postulando políticas governamentais ou públicas, e se confundindo com suas linhas programáticas, e subsidiando, com verbas e quadros pessoais, muitas vezes, visões messiânicas do mundo e da sociedade. Creio estar aqui o nó górdio da questão da EP nos dias de hoje.

EP como mediação socioanalítica da realidade social

Somente quando a EP trabalha a partir da valorização da cultura local sem se restringir aos conteúdos formais da educação escolarizada é que ela pode ser o instrumental hermenêutico para a compreensão da realidade social. Ao estar imersa no processo cultural, ela, a cada novo momento histórico, estará assumindo as mediações socioanalíticas que melhor interpretam a realidade social e política.

Nessa perspectiva, a EP assume uma posição crítica a qualquer dogmatismo ou autoritarismo e a qualquer atitude preconceituosa de compreensão da realidade social. Para uma única questão, existem várias alternativas de resposta; é fundamental que a EP democratize as informações para que as pessoas envolvidas possam decidir qual a melhor alternativa naquele momento para a questão apresentada.

Para finalizar estas pequenas notas provocativas, compreendo a EP como uma forma dinâmica de existir e de compreender a realidade social e de encontrar alternativas de intervenção nesta mesma realidade social.

Afinal, é seu papel histórico colocar sempre o dedo na ferida antes de saber como tratá-la. Papel ingrato, mas não há avanços sem crítica e autocrítica, sem o Sancho Pança do Quixote de La Mancha, o Cavaleiro da Triste Figura.

Estamos assim: nossos programas apontam para as utopias sociais, mas corremos o risco de nos transformarmos em tristes figuras burocráticas do processo social.

Paulo Cezar Loureiro Botas é doutor em Filosofia, e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral (CEDI).

Educação religiosa na escola pública: uma possibilidade ecumênica

Marcos Alves da Silva

Os dogmas assustam como os trovões, e que medo de errar a seqüência dos ritos. Em compensação, Deus é mais simples do que as religiões.

Mario Quintana

Os dogmas não são, definitivamente, propriedade privada e exclusiva das religiões. O conhecimento humano segue, de alguma forma, o ciclo da natureza: incerto e frágil nasce; com a força e a alegria da juventude cresce; torna-se maduro; tende célere à senilidade; e morre. As fórmulas complicadas dos dogmas, muitas vezes, são instrumentos para fabricar uma vida artificial, para algo que, na verdade, já está fossilizado.

Guerra ao ensino religioso

A pedagogia não está isenta desse mal. Há muito tempo os setores mais avançados da educação brasileira declaram guerra ao ensino religioso nas escolas públicas. A primeira manifestação expressa nesse sentido vem dos patrocinadores da escola liberal, a qual se impõe como modelo a partir da Proclamação da República. A separação entre Igreja e Estado, nos moldes das Revoluções Americana e Francesa, é implementada. O regalismo, que foi marca registrada desde D. Pedro I até D. Pedro II, passando pela Regência, é repudiado como modelo retrógrado e medieval. Daí se inferiu, com muita razão, que a escola pública deveria ser laica. O ensino religioso que, evidentemente, nessa época, era a catequese católico-romana, não se coadunaria com os princípios de liberdade proclamados pelas Revoluções Burguesas e com o modelo de Estado que idealizaram.

A título de informação, os protestantes, desde a Proclamação da República até a década de 1930, se constituíram num dos grupos mais ardorosos na defesa da chamada "escola laica", pois, naturalmente, como grupo minoritário, não desejavam que na escola pública houvesse a imposição de um único credo, ademais o modelo da sociedade americana era fator determinante para as aspirações desse grupo.

Não podemos, hoje, negar a importância da concepção do Estado como entidade laica. Este foi um degrau que subimos como humanidade, do qual não podemos retroceder (vide Iatolá Komeini e outros mais). Nas primeiras décadas deste século, negar lugar ao ensino religioso na escola pública era afirmação de liberdade e insurreição contra uma velha ordem.

Os protagonistas da chamada "escola nova", dentre eles Anísio Teixeira, também se levantaram contra a inclu-

são do ensino religioso na grade curricular das escolas públicas.

Em 1930, Vargas, por um decreto, facultou às escolas públicas ministrarem ou não o ensino religioso. As constituições outorgadas da década de 1930 contemplaram o ensino religioso na escola pública. Depois de exaustivos debates entre deputados, educadores e intelectuais católicos, também a Constituição de 1946 o incluiu, apesar de que os chamados "setores progressistas" se mantiveram avessos à norma constitucional.

Muitos desses setores, nos anos seguintes, desacreditaram totalmente na possibilidade de transformações sociais que pudessem ser operadas a partir dos aparelhos ideológicos do Estado. Partiram para os setores não-formais, a Educação Popular. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por essas opções.

Nesses anos, coincidentemente, ocorre o boom do Movimento Ecumênico, impulsionado grandemente pelo Concílio Vaticano II. Uma série de projetos passam a ser implementados ecumênicamente.

Mudança de concepção da educação religiosa

Em 1971 é aprovada a Lei 5.692, que regulamenta o modelo tecnicista de educação que os militares desejavam implementar. Esta, mais uma vez, previa o ensino religioso na escola pública. Padres e pastores, especialmente no sul do País, questionaram sua divisão quanto ao ensino religioso, já que desenvolviam tantos outros projetos em conjunto. Surgiram, assim, em Santa Catarina e no Paraná, as duas primeiras entidades interconfessionais de ensino religioso. A concepção de ensino religioso para a escola pública muda completamente. Fala-se, agora, em educação do senso religioso da criança, sem incursões no campo dogmático ou doutrinário de qualquer credo. O ecumenismo e o respeito à pluralidade tomam dimensões mais largas nesse espaço, que é entendido como diferente do eclesial, e para além de um reduto cristão. É visto como um espaço público, por isso laico, no seu melhor sentido. Currículos e material didático que acompanham esta perspectiva têm sido produzidos. A proposta de um ensino religioso está implementada, hoje, de alguma forma, em 19 estados da União.

Apesar dessa grande mudança de concepção e de ação educativa, por uma questão de dogma estabelecido, o ensino religioso continua sendo erigido como grande inimigo, pela tendência pedagógica hegemônica hoje na educa-

QUADRO COMPARATIVO

ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA	CATEQUESE
ESPAÇO: Público (Plural)	ESPAÇO: Eclesial (Comunitário)
CONTEÚDO: Experiência religiosa (dimensão religiosa do ser humano)	CONTEÚDO: Expressão religiosa (formulação doutrinária de uma comunidade de fé)
OBJETIVOS: <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos alunos instrumentos que lhes permitam passar de uma consciência religiosa ingênua a uma consciência religiosa crítica • Possibilitar uma reflexão sobre valores essenciais à vida • Trabalhar a dimensão subjetiva e transcendental do ser humano • Fazer a ligação fé e vida 	OBJETIVOS: <ul style="list-style-type: none"> • Educar na tradição religiosa da comunidade de fé • Formar os crentes daquele culto para sua atuação e militância, etc.
LINGUAGEM: Secularizada <ul style="list-style-type: none"> • Uso de uma terminologia menos particularizada e mais universal 	LINGUAGEM: Confessional <ul style="list-style-type: none"> • Uso dos jargões e dos termos convencionados na respectiva tradição teológica
AGENTES: Professores habilitados especificamente para este fim	AGENTES: Doutrinadores
PERSPECTIVA: Amplamente ecumênica <ul style="list-style-type: none"> • respeitando a pluralidade cultural e religiosa dos educandos 	PERSPECTIVA: Denominacional <ul style="list-style-type: none"> • intento de conversão e de catecumenato

ção brasileira, ao menos teoricamente: a chamada pedagogia histórico-crítica, ou pedagogia crítica dos conteúdos. Na verdade, os pedagogos ligados a esta tendência resgatam aspectos tão importantes que, se prescindidos, a educação brasileira não se redime. O problema reside nos leitores de cartilhas pedagógicas que, como os prosélitos religiosos, muitas vezes, se tornam mais fundamentalistas que seus guias. Por uma "questão de princípio", opõem-se ao ensino religioso na escola pública, sem ao menos considerarem as mudanças que estão ocorrendo.

O descarte do ensino religioso da escola pública está fundamentado numa ideologia positivista. Trata-se de um pressuposto epistemológico. O conhecimento positivo prescinde do teológico e do metafísico... Porém, as coisas estão mudando, as pessoas estão desejosas de conhecer de forma mais prazerosa, mística, religiosa mesmo. Estão buscando algo mais que os rígidos e frios esquemas do saber técnico e científico.

Por isso, para aqueles(as) que trabalham numa perspectiva ecumênica, o ensino religioso se mostra viável e mesmo necessário a um programa de educação integral. Porém enfrentam dois opositores: de um lado, algumas igrejas ou lideranças eclesiais, que entendem o ensino religioso, na escola pública, como um campo fértil para fazer proselitismo e difundir suas doutrinas; e de outro, aqueles(as) educadores(as)

do marxismo de almanaque, com princípios intocáveis.

Via ecumênica como saída viável

Entre aqueles que atuam com ensino religioso existe uma conclusão quase unânime: A única saída viável para este trabalho, na escola pública, é a via ecumênica. E esta experiência tem mostrado que devemos aprender a maluca beleza de preferir "ser uma metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo".

Um Estado religioso continua no rol dos aspectos mais indesejáveis. O pluralismo religioso conquistado pela sociedade contemporânea não admite o monopólio de uma religião na escola pública. A visão puramente "cientificista" do conhecimento está em frágil decadência. Emergem novos paradigmas nos quais a fé, a mística e a religiosidade ganham relevância. Por tudo isso, é forçoso entender que ensino religioso na escola pública é algo bem diverso do que nas primeiras décadas deste século. Constitui-se uma tarefa para aqueles que acreditam na possibilidade ecumênica, a despeito das enormes contradições e incoerências internas e das oposições e incompreensões externas.

Marcos Alves da Silva, pastor presbiteriano, é coordenador da Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (Assintec) e da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec) — Região Brasil.

A ESCOLA DOMINICAL EM QUESTÃO Reprovada ou em recuperação?

Magali do Nascimento Cunha



Quando chegaram ao Brasil no século XIX, as igrejas do chamado Protestantismo Histórico traziam um projeto claro de investimento na educação cristã e secular. A intenção era formar doutrinariamente os novos fiéis das igrejas, tornando-os evangelistas, e disseminar, nas escolas confessionais, o sucesso do modelo socioeconômico liberal como salvação do País.

As igrejas centraram suas práticas de educação cristã na Escola Dominical (ED). No entanto, da primeira escola dominical de Robert Haikes na Inglaterra do século XVIII àquelas implantadas pelos missionários há uma distância considerável.

Desvios

Atender aos meninos e meninas de rua gestados pela Revolução Industrial e impedidos de frequentarem as escolas inglesas, foi a meta estabelecida pelo jornalista Robert Haikes ao criar classes dominicais que funcionavam nas dependências de sua igreja. Trabalhava-se o ensino das matérias elementares e profissionalizantes e da religião. O projeto foi bem-sucedido e ampliado entre as igrejas protestantes.

Com o passar dos anos o serviço às crianças marginalizadas deixou de existir e a prática da catequese protestante confessionalista assumiu de vez o espaço. Esse foi o modelo de ED trazido ao Brasil pelos missionários.

Com esse novo formato, a ED propagou-se como espaço de estudos sobre a fé, tendo como base os estudos da Bíblia. A participação foi estendida a outras faixas etárias, e estabelecida uma estrutura semelhante à da escola secular com uma direção (ou superintendência) e uma secretaria.

A Bíblia como recurso básico

No entanto, a base bíblica terminou por provocar outro desvio. Isso porque o fundamentalismo sempre ditou o comportamento protestante em relação à Bíblia, com interpretações alegóricas que se utilizam dos relatos para vinculá-los a experiências subjetivas do presente, desvalorizando totalmente a dimensão comunitária de leitura. O resultado foi que a Bíblia passou a ser um instrumento de apoio à doutrinação oferecida pela ED.

No tocante à pedagogia, o quadro não é mais favorável. Ao apresentar-se como escola bíblica para tratar das coi-

sas relativas à fé, a ED nunca valorizou o desenvolvimento de práticas pedagógicas e didáticas que estimulasse a participação dos alunos e o próprio aprendizado. Muitas igrejas produzem material didático, geralmente em forma de revista, para alunos e professores, o qual perde valor na medida em que os professores, sem se dedicarem ao preparo das aulas, restringem-se à mera leitura dos textos bíblicos sugeridos e à interpretação pessoal do tema.

Os professores são, na grande maioria dos casos, pessoas de boa-vontade, "consagradas" na vida da igreja, os quais interessaram-se pelo estudo da Bíblia e podem assim repassar os conhecimentos. É prática comum nas EDs pessoas participarem de uma classe para simplesmente ouvir o que o professor tem a dizer, ou seja, outra forma de pregação alternativa àquela apresentada nos espaços de culto.

Agravantes

A falta de pedagogia adequada, o despreparo de professores e a incansável repetição de temas bíblicos e doutrinários desvinculados das necessidades que o cotidiano apresenta aos fiéis vieram origem a um "cansaço" que vem provocando o esvaziamento da ED.

Porém, este esvaziamento também diz respeito a causas mais profundas, em casos particulares. Podemos citar o que ocorreu nos anos de 1980, com a influência da Teologia da Libertação, recebida por algumas lideranças como na Igreja Metodista, por exemplo. Elas procuraram levar para a ED a reflexão que visava tornar os fiéis sujeitos de transformação e de libertação de suas igrejas e da sociedade. Isso provocou uma "politização" dos conteúdos produzidos para as revistas, as quais caíram, como uma bomba nas igrejas locais.

O resultado foi desastroso, na medida em que o despreparo dos professores era imenso e estes davam sua própria interpretação sobre os conteúdos propostos. Os responsáveis pela preparação do material também não foram felizes em sua pedagogia pois, entusiasmados com a descoberta de nova forma de leitura da Bíblia e de fazer teologia, simplesmente repassaram às revistas um saber que não apresentava qualquer identidade com a realidade local e com o cotidiano das igrejas.



CEDI

Ainda se refazendo do acidente, as EDs se deparam agora com o movimento carismático, que ganha força entre as igrejas do Protestantismo Histórico. Se já havia esvaziamento da ED, observa-se que, em igrejas totalmente influenciadas por esse movimento, ela tem sido destinada à extinção. Esse processo tem início com a descentralização da produção de material que transfere às igrejas locais a responsabilidade de elaborar seus próprios currículos e textos. Está aberto o caminho para a "descoberta" de que a ED e qualquer outra prática educativa eclesial são desnecessárias, pois Deus e as coisas relativas à fé revelam-se na experiência com o Espírito Santo e na leitura devocional e pessoal da Bíblia.

Para os grupos carismáticos, a igreja é o lugar da renovação das experiências do Espírito Santo, e todo privilégio deve ser dado ao culto e ao louvor. Os aspectos doutrinários e confessionais não despertam qualquer interesse. O que vale é a busca do carisma (dom) e as experiências de cura interior e do corpo. Qualquer forma de estudo e racionalização da experiência com Deus é dispensada. As reflexões giram em torno da descoberta de formas de êxito na vida espiritual ou do carisma (uma contradição, já que abandona-se o sentido do dom, do presente), e da Teologia da Prosperidade (consagração para o sucesso econômico-financeiro).

Essa devocionalidade tem reforçado o individualismo e colocado em segundo plano valores cristãos básicos, como a vivência comunitária e o serviço como missão da Igreja.

Daqui pra frente...

As constatações aqui descritas podem levar à conclusão de que a decadência provocada pela "mesmice" e pelas alternativas pentecostalizadas é o destino da ED e ponto final.

Talvez não seja bem assim. É bastante possível que se visualizem aspectos positivos da ED que merecem ser destacados e que podem ser o caminho

para sua revitalização e — por que não dizer — renovação.

Em primeiro lugar, há que se ressaltar o valor da ED como um espaço comunitário de partilha e aprendizado mútuo, do qual muito carecem as igrejas. Ali pode-se falar e ser ouvido, contar histórias, orar em conjunto, emitir opiniões, o que ocorre em

muito poucas oportunidades da vida da igreja. Basta que se busquem e se ofereçam subsídios para que isto seja proporcionado, o que já acontece em algumas experiências locais.

Esse espaço proporcionado pela ED deve valorizar e estimular o desenvolvimento de uma espiritualidade comunitária, enraizada nos valores do Evangelho e nas necessidades mais íntimas dos fiéis, com vistas a superar a devocionalidade e a teologia individualistas estimuladas pelo pietismo e pelo movimento carismático.

Em segundo lugar, a abertura da ED para o estudo da Bíblia merece ser melhor explorada. A Bíblia é o referencial primeiro da espiritualidade e pode, por meio da ED, ser resgatada como testemunho coletivo da ação de Deus no meio do seu povo, e o seu estudo contextualizado a partir das próprias experiências da comunidade local. A busca de subsídios que derrubem a cartilha fundamentalista que expõe a Bíblia como receituário de doutrinas e costumes é emergente e saudável. Isso deve ser oferecido pelas igrejas nacionais, por meio de organismos responsáveis pela ED, evitando, assim, os tradicionais pacotes de materiais com conteúdos prontos, que apenas reproduzem saberes desvinculados da realidade local.

As mesmas igrejas nacionais devem oferecer espaços de treinamento para professores, a fim de que se capacitem não apenas para a prática nas classes, tornando-as participativas e envolventes, mas também para que possam selecionar e adequar conteúdos às realidades e às necessidades locais.

Seria injusto reprovar a ED. A melhor medida talvez seja colocá-la "em recuperação" e buscar alternativas para que o seu valor seja demonstrado.

Magali do Nascimento Cunha é jornalista metodista, editora do jornal CONTEXTO PASTORAL e integrante da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Engordar ou engravidar?

Rubem Alves



A diferença entre nós, seres humanos, e os bichos é que Deus fez o corpo deles só com uma substância biológica: eles são feitos com sangue, músculos, nervos, ossos. Por isso, ao nascer, os animais estão praticamente prontos. A sua vida é só o desenvolvimento do saber que seu corpo já tinha, ao nascer. Por isso não precisam ir à escola.

Mas com a gente as coisas aconteceram de maneira diferente: a essa matéria biológica animal, que é igualzinha àquela com que nossos corpos são feitos, Deus misturou uma coisa mágica, leve e invisível, e que faz toda a diferença. Deus fez os nossos corpos misturando a carne com a Palavra. É o que está no prólogo do Evangelho de João, que diz que "o verbo se fez carne". Isso, que foi verdade para o Filho de Deus, é verdade para todos nós: os nossos corpos são finas camadas de carne que recobrem um Poema. Somos Poemas encarnados.

Duas gravidezes

Essa é a razão por que o nosso corpo não está pronto ao nascer. Para ficar pronto ele tem de passar por duas gravidezes. A primeira acontece quando o espermatozóide do pai penetra o óvulo da mãe. O final dessa gravidez acontece quando a criancinha nasce. Mas o corpo de uma criancinha, ao nascer, é apenas matéria-prima para outra gravidez: como se fosse um óvulo que só se desenvolverá em ser humano se for penetrado por outro sêmen, semente: a palavra. Quando a mãe está cantando canções de ninar para fazer o filhinho dormir, ou o pai lhe sussurra palavras de ternura, é claro que a criancinha não entende a letra; mas ela entende a música... E essa música vai ficar para sempre gravada em seu corpo, como uma memória de felicidade. O seu corpo, pela vida inteira, vai cantar essa melodia que nele penetrou.

Educação é isto: esta segunda gravidez, este processo pelo qual um corpo biológico é transformado pelo poder mágico da palavra.

As palavras podem transformar o corpo de duas maneiras distintas que não podem ser confundidas: há palavras que engordam, e há palavras que engravidam. Para saber se uma pessoa está engordando, é muito simples: basta ir a uma balança e verificar o peso. Se o peso está maior, ela engordou. O engordar se revela pelo sinal aritmético de adição "+".

Há uma educação que é assim: ela soma. Todos os conhecimentos sobre as coisas práticas da vida, cozinhar, amarrar os sapatos, saber consultar a lista telefônica, usar o dinheiro, geografia, física, matemática, química, história, mecânica, o cultivo da terra, são ensinados por esse tipo de educação. Vou somando informações, vou enchendo os arquivos de minha mente, vou guardando conhecimento nas gavetas da memória.

Esse conhecimento é muito bom mas pode ser perigoso. Porque a "gordura" excessiva pode nos tornar obesos, e as pessoas muito gordas perdem a leveza e não conseguem voar. Há muitas pessoas que acumularam tanto saber que perderam a capacidade de andar.

Para saber se uma pessoa está grávida é inútil consultar a balança. Porque a gravidez é coisa sutil. O que a caracteriza não é o sinal "+", muito embora toda gravidez comece com um "+", uma semente que é depositada dentro da mulher. Mas esse "+" tem o poder de operar transformações mágicas no corpo (o que não acontece com o engordamento, em que o corpo fica o mesmo, só que mais pesado...). O corpo fica diferente, o olhar fica diferente, os pensamentos ficam diferentes...

A educação se faz por meio de palavras que engordam — "palavras-espelho" — e que engravidam — "palavras-sêmen"

Se desejamos que as pessoas cresçam e engordem "sem ficarem diferentes", usamos o primeiro tipo de educação. Como eu já disse, esse conhecimento é útil e indispensável à vida. Mas ele tem, também, o poder de formar rebanhos de bois e vacas que mu-

gem todas do mesmo jeito — até mesmo naquilo que elas falam acerca de Deus. Esse tipo de educação garante que as pessoas fiquem, para sempre, ortodoxas e firmes, pois que as sucessivas camadas de pintura, endurecidas, vão-se transformando em carapaças, e ao final elas não conseguem se mexer. Só balançam as cabeças como vaquinhos de presépio.

Mas a gordura excessiva não combina com a gravidez. Se desejarmos que as pessoas fiquem grávidas, isto é, que passem por metamorfoses, temos de usar o segundo tipo de educação. Nesse tipo de educação é preciso abandonar a gordura para ficar grávido. A lagarta tem de esquecer de sua maneira de ser lagarta para se transformar em borboleta. A cigarra, que só sabia viver debaixo da terra, deixa seu esqueleto nas cascas das árvores a fim de se transformar em ser voador. Toda metamorfose exige o abandono de uma maneira de ser. É preciso morrer para ressuscitar.

Palavras-espelho e palavras-sêmen

A educação se faz por meio de palavras. Esses dois tipos de educação se fazem com dois tipos de palavras diferentes. A educação que engorda se faz com palavras-espelho. A educação que engravida se faz com palavras-sêmen.

Palavras-espelho são as palavras que nos oferecem "imagens" do mundo. Se eu digo "lua", na imaginação aparece a imagem de uma lua. As palavras-espelho são mapas do mundo. Ao olhar para um mapa eu tenho uma imagem simplificada do mundo em que vivo. Com o auxílio do mapa eu consigo viajar. Mas, é claro, e qualquer tolo sabe disso, que o mapa não é o mundo. Se fosse o mundo, então não seria necessário viajar, bastaria olhar o mapa. Então note: por mais verdadeiro que seja o mapa, quem só fica na sua verdade não vê coisa alguma.

Há pessoas que acham que as palavras que aprenderam sobre Deus são iguais a Deus — e muitas perseguições se fizeram e se fazem daquelas pessoas que têm mapas diferentes. Quem viaja deve saber que há muitos itinerários possíveis. O que importa não é o mapa, mas o mundo que se deseja ver.

Mas viajar é inútil, se os nossos olhos não estão abertos para o espanto do mundo. E inútil também é ter todos os mapas e saber todos os seus caminhos, se somos cegos. Essa é a limitação da educação engordante, aditiva, que se faz por meio de palavras-espelho: ela não tem o poder de transformar os olhos.

As palavras-sêmen são aquelas que têm o poder de transformar os olhos. Deus é como essa fina camada transparente que cobre os nossos olhos, chamada córnea. Ela não é vista. E nem deve ser vista. Porque a córnea, é para a gente ver "através" dela. Quem vê a córnea é cego.

Deus se manifesta pelo novo poder de ver que nos é concedido. Não é um ser, fora de nós, que pode ser refletido por meio de palavras-espelho. É um ser, dentro de nós, que dá a graça de ver o Paraíso em meio ao caos. Deus é a Beleza, e quem o experimenta ganha a graça de ver o mundo de um jeito diferente. "Se o teu olho for luminoso, todo o mundo será colorido..."

As palavras-sêmen não são aquelas que falam a respeito de Deus. Essas são as palavras-espelho. As palavras-sêmen são aquelas que transformam o nosso olhar. Para transformar o olhar essas palavras precisam ter o poder de fazer amor com o corpo.

Não se trata de um ensino, um saber que se cola, que se soma ao corpo. Trata-se de um despertar de uma Beleza que já morava em nós, sem que nós o soubéssemos.

Que palavra é essa? Vou sugerir (não como conclusão, mas como início de uma possível gravidez!) que essa palavra que tem o poder de fazer amor com o corpo é a poesia. A gente ouve o poema e o corpo estremece. Talvez, ali onde está escrito "No princípio era o Verbo", a gente pudesse dizer e entender "No princípio era o Poema".

Deus é um Poema, e quem o ouve fica permanentemente grávido e passa a ver o mundo com olhos de encantamento...

Rubem Alves é filósofo, teólogo e escritor. Autor de vários livros, entre eles "Pai Nosso" e "Creio na Ressurreição do Corpo".

Conversando
com quem
gosta de ensinar

"CONVERSANDO COM QUEM GOSTA DE ENSINAR"

Série de vídeos produzidos por Rubem Alves:

1. "O educador como sonhador"
2. "O corpo"
3. "As receitas"
4. "As chaves"
5. "O carrinho"

Para adquiri-los, basta entrar em contato com Cebep:
Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073-120, Campinas/SP,
fone e fax: (0192) 41-1459.

RUBEM ALVES

Ecumenismo e diferença — I

Joanildo A. Burity

De uma forma bastante geral, o ideal ecumênico começou quando as igrejas do mundo desenvolvido reconheceram o escândalo de anunciar a unidade em Cristo aos não-cristãos, sendo elas mesmas tão divididas. Na época ainda não tinham uma consciência na medida em que também participavam involuntariamente de um projeto expansionista, imperial, que, no caso do cristianismo, o transformava num instrumento de etnocídio, de agressão às culturas evangelizadas.

Com o reconhecimento dessa aliança indesejada com o imperialismo, surgiram as teologias do desenvolvimento no contexto ecumênico. Foram também tempos de uma crescente influência da polarização ideológica nas igrejas do Norte. Ao lado da reflexão teológico-política, a reconstrução no pós-Guerra acendeu expectativas otimistas de que o "mundo todo" vivenciava rápidas transformações sociais, entendidas como avanço da modernização — industrialização, urbanização, diversificação social e cultural, democracia liberal, etc.

Esperava-se que governos desenvolvimentistas reunissem sob si o conjunto da "Nação"; que a modernidade produzisse, em sua diversidade, consciências conformistas, convivência pacífica das diferenças. Sabemos bem qual foi a vocação desenvolvimentista do País: passar o rolo compressor do progresso por sobre quem quer que se opusesse a ele; reservar para uma elite na sociedade o resultado do desenvolvimento; e relacionar-se com a sociedade de cima para baixo.

Esgotada a paciência com os frutos "tupiniquins" do desenvolvimento, o ecumenismo embarcou na "voragem da revolução". O encontro com os movimentos de esquerda representou uma radicalização da teologia do desenvolvimento em direção a uma teologia política revolucionária. A grande arranca-da brasileira deu-se já nesse contexto. A "sociedade responsável" dos ecumênicos liberais do Norte cedia lugar, em fins dos anos de 1950, à idéia do "processo revolucionário" em curso no mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

O diálogo ecumênico e a hegemonia da "consciência revolucionária" se ampliaram. Os anos de 1960 e de 1970 favoreceram isso: por um lado, movimentos de contestação no mundo desenvolvido davam novas esperanças de rompimento com o conformismo liberal; por outro, as ditaduras do "terceiro" mundo e os movimentos guerrilhei-

ros imaginavam uma subversão "de baixo" naqueles países. No campo ecumênico, o diálogo intercristão se abriu para um diálogo inter-religioso. Confiava-se na unidade última da verdade, e se esta não estava inteiramente do "nosso lado", tal não a desqualificava, antes tornava-a mais aventurosa.

O reconhecimento de que não se possuía a verdade já era um sinal de força e de maturidade do movimento ecumênico, mas escondia um problema que, somente nos últimos anos, veio à tona, com a crise dos grandes projetos de transformação social: a expectativa de que a história caminhava para uma crescente homogeneização, e as diferenças não passavam, no fundo, de diversidade e diferenciação de uma mesma totalidade.

O pressuposto teológico da unidade, esta entendida como aproximação doutrinária ou pastoral (lado liberal) ou como homogeneização social (lado revolucionário), dava-se bem com a tendência dos projetos socialistas que afirmavam o internacionalismo, o sonho de uma sociedade transparente (sem poder, sem dominação, sem classes).

Que fazer com a diferença?

Mas em ambos os casos um problema ficava sem solução, o qual deveria ser uma das pedras de toque de uma teologia, ou de um projeto político, que pretendesse levar em conta a complexidade crescente do mundo em que se vive: que fazer com a diferença.

O tema da diferença era fundamental ao ideal ecumênico. Todo o edifício do diálogo interconfessional se erguia a partir do reconhecimento de uma diferença intolerável e de uma diferença indispensável. A primeira tinha a ver com a fragmentação e com as lutas internas das/entre as igrejas cristãs, em claro contraste com o desejo de Jesus de que os seus fossem "um, para que o mundo creia". Ela se devia à dificuldade — para não dizer impossibilidade — de convencer os vários grupos cristãos da "artificialidade" de suas divisões doutrinárias ou institucionais e da infundada pretensão de posse única da verdade que a ortodoxia cristã tinha.

A segunda diferença ligava-se ao lado tolerante do ecumenismo. Porque qualquer ideal ecumênico só pode se erigir sobre o reconhecimento daquilo que traduz uma dimensão fundamental: a de acolhimento da criatividade humana, da incontornável força de elaboração cultural, religiosa, a partir de contextos específicos. O que fazer com es-

sas diferenças entre tradições, que permitiam se falar numa genuína "diversidade" do corpo de Cristo?

Ora, em ambos os casos a diferença foi, em geral, resolvida com vistas a sua eliminação, em favor da hipótese de sua inexistência ou desnecessidade no projeto de Deus ou na sociedade redimida. No horizonte religioso, ela era um escândalo para o trabalho missionário, quando referida às igrejas, ou um elemento estranho no projeto escatológico, quando referida ao Reino, uma vez que a pluralidade acolhida não tinha qualquer consequência além de certa liberdade privada de fruição da criatividade ou da individualidade.

No horizonte político, trabalhava-se com a hipótese marxista da tendência à simplificação dos conflitos, à proletarianização da classe trabalhadora (e dos segmentos médios) e à homogeneização social sob o socialismo; e com outra hipótese, estratégica, da contraproduzibilidade das divergências de pensamento e de ação no interior do sujeito revolucionário. No marxismo, a "linha justa" preservava unidade de comando e expurgo dos "traidores" e "reformistas"; ou a tolerância tática dos aliados circunstanciais, com vistas a sua incorporação, sujeição ou denúncia no futuro.

Nos dois casos, a diferença, externa, ameaça (ou complica, para os mais condescendentes) a pureza de uma identidade. O outro é o inimigo de classe ou as forças anti-Reino. A existência deles se explica pela realidade da sociedade de classes, do "pecado estrutural" ou de veleidades burguesas individualistas, divisionistas e diversionistas. Mas o que dizer da possibilidade de que a diferença seja interna, ou melhor, constitutiva de qualquer identidade? Aqui, se uma identidade se afirma em relação a outra, que a nega e a ameaça, como não perceber que ambas só se constituem como tais no contexto desta relação, e que, portanto, se supõem mutuamente?

Identidade do ecumenismo

Assim, se a identidade do ecumenismo se afirma pela negação do sectarismo-denominacionalismo-fundamentalismo-sociedade de classes:

a) ela constrói o seu outro, na mesma medida em que se constrói, pois "sectarismo", "denominacionalismo", "fundamentalismo" e "sociedade de classes" não se encontram naturalmente, não identificam de maneira imediata e definitiva um grupo específico, mas aparecem unificados por efeito de uma

Ocorreram mudanças substantivas nas sociedades contemporâneas que realçam a temática da diferença de uma forma que o movimento ecumênico não estava preparado para aceitar

articulação que os torna equivalentes em termos de sua relação (oposição) com um projeto ecumênico;

b) ela transforma o outro e se transforma no contexto dos embates e das estratégias de ação utilizadas; uma vitória aqui, uma derrota ali, redefinem a posição relativa dos dois campos, modificando também o que está em jogo para cada um: é muito diferente ser fundamentalista num contexto hegemônico ecumênico e ser ecumênico num contexto hegemônico pelo fundamentalismo.

c) ela será sempre incompleta, dividida em si mesma, antes até de possuir qualquer conteúdo, porque em sua origem a afirmação da identidade de outro já havia provocado insatisfações, discordâncias ou conflitos dos quais ela é tanto uma expressão como um elemento articulador — o ideal ecumênico não seria concebível sem o fracasso do ideal de unidade no cristianismo, nem o projeto socialista, sem a prevalência de um sistema de dominação social.

Numa palavra, ocorreram mudanças substantivas nas sociedades contemporâneas, e nos seus inúmeros sujeitos coletivos e individuais, que realçam a temática da diferença de uma forma que o movimento ecumênico não estava preparado para aceitar.

Essas mudanças também têm a ver com o surgimento de movimentos ou grupos que não "cabiam" no universo da identidade ecumênica ou do socialismo. Isto é, da impossibilidade destas identidades de conterem, ou oferecerem, um horizonte aceitável para preocupações que não cabiam, quer na linha de combate ecumenismo/antiecumenismo, quer na outra, socialismo/capitalismo. As questões da mulher, do racismo, da relação fé e cultura, dos movimentos sociais, etc, tornaram-se cada vez mais arredios a uma lógica totalizante, homogeneizante, e reclamaram um espaço específico para si, que exige a rearticulação ou a desarticulação dos projetos até aqui vigentes.

Joanildo A. Burity é presbiteriano (IPU) e cientista político. Atualmente cursa doutorado em Ciência Política na Inglaterra.

Lições pastorais da montanha

(Mateus 5.17-48)

Luiz Carlos Ramos

O amor é estado de graça e com amor não se paga.

Carlos Drummond de Andrade



O ditado popular diz que amor com amor se paga. Assim também pensavam os doutores da lei e os fariseus do tempo de Jesus. Talvez porque doutores da lei lidassem com documentos e os fariseus se ocupassem de sinédrios e templos. Já Jesus preferia montanhas.

Assim como na montanha Moisés recebe o Decálogo, Jesus, também na montanha, promulga as suas sem-rações do amor (sem com esse, como diria Drummond).

E da montanha, trazido pelo vento, nos chega o "eu, porém, vos digo: o amor é estado de graça e com amor não se paga".

Construindo com as palavras uma grande gangorra, Jesus convida seus ouvintes para balançarem ao sabor do vento ouvindo o que foi dito e o "eu, porém, vos digo". E, no embalo desse pêndulo, como numa grande brincadeira, Jesus proclama suas "Lições da Montanha" sobre justiça, reconciliação, fidelidade, verdade/sinceridade, resistência pacífica, amor... "Se a vossa justiça não superar em muito a dos fariseus e doutores da lei, não entrareis no reino dos céus".

"Ouviste o que foi dito: Não matarás" — A lição da reconciliação

Para Jesus, a morte tem dimensões das quais poucos se dão conta. A morte física/biológica é apenas uma fração pequenina de todo o amplo espectro de sua abrangência. Um gesto de ódio e uma atitude indiferente são igualmente mortais. Más decisões políticas e administrativas têm condenado à morte, por dia, só no Brasil, milhares de inocentes, por má distribuição de recursos (renda, trabalho, alimento...). A pena de morte é a opção dos doutores da lei e dos fariseus. (Que diferença poderá haver entre um assassino frio e impiedoso e aqueles que fazem a ele o mesmo que ele fez com sua vítima?) Para a consumação do Reino, nossa justiça terá que ser muito superior à dos fariseus e dos doutores da lei.

"Eu, porém, vos digo": a nossa religiosidade é nada se não nos reconciliar-

mos com nosso irmão. Não podemos trazer nossa oferta até Deus, se primeiro não estendemos a mão aos nossos irmãos e irmãs. Podemos dizer que a reconciliação é a culminância da espiritualidade. Fazer as pazes é fazer a Paz!

"Ouviste o que foi dito: Não adulterarás" — A lição da fidelidade

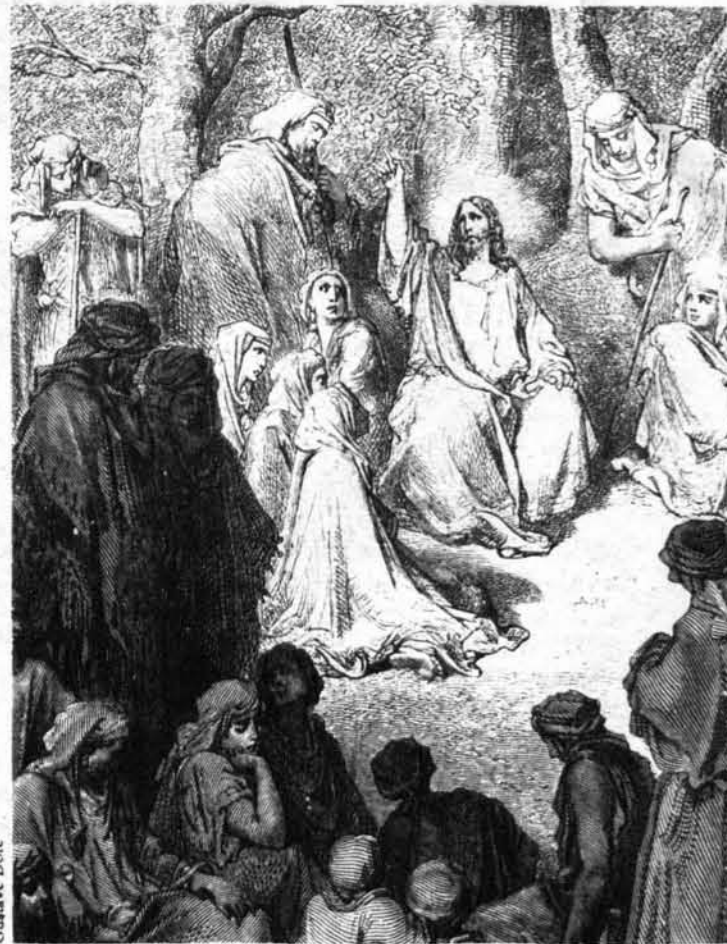
Adulterar significa, segundo o dicionário Aurélio, contrafazer. De novo, Jesus vai além das dimensões físicas e biológicas. Aquele que olhar... "Os olhos são o espelho d'alma", diz o ditado popular. Assim como a beleza está nos olhos de quem vê, também a podridão está no mesmo lugar. A fidelidade também é, portanto, um estado da alma humana. A fidelidade física sem a fidelidade do coração é infidelidade. Vivemos num mundo de falsificadores (para usar o termo do Aurélio), num mundo de relações falsificadas, de casamentos falsificados, de religiões falsificadas.

E para transformar esse tipo de mundo, é preciso acontecer a conversão do olhar das pessoas. Precisamos aprender a olhar com intenção pura. Ser puro desde a alma é condição para a fidelidade. As leis proibitivas pouco ajudam porque elas só vigoram do olhar para fora. "Sê fiel até à morte e dar-te-ei a coroa da vida" (Apocalipse).

"Ouviste o que foi dito: Não jurarás falsamente" — A lição da verdade/sinceridade

O juramento é um dispositivo usado para conferir credibilidade a uma palavra que por si só não merece crédito. Teriam certas palavras, de fato, perdido o crédito? Não parece ser o que crê Jesus. Para ele, quem confere credibilidade às palavras (frases ou discursos) é a pessoa que as está proferindo. De fato, nós cremos naquele/naquela que fala, e não naquilo que é falado.

O uso do juramento pode ser uma tentativa de legitimação do discurso, mas jamais logrará conferir credibilidade ao que jura. Precisam jurar os



Guilherme Dore

dogmáticos, os fundamentalistas, os infieis. Aos filhos de Deus basta o "sim, sim, e não, não". "O que disso passar vem do Maligno".

"Ouviste o que foi dito: Olho por olho" — A lição da resistência pacífica

De novo a justiça do Reino supera, e muito, a dos legalistas. No texto bíblico, os verbos utilizados são: oferecer, deixar, andar, dar, não virar as costas. Os verbos preferidos em nosso universo legalista são: vingar-se, tomar (apropriar-se indevidamente), obrigar, ordenar. A proposta é claramente de resistência pacífica. Alguns pensam que, aqui, Jesus propõe uma submissão passiva. Afirmo que trata-se de uma resistência ativa. É ativa porque a decisão final é tomada não pelo opressor, mas por aquele que oferece a outra face, que deixa a capa, que anda mais uma milha, que dá a quem lhe pede. Vejam que quem determina a história não é o suposto opressor, mas somos nós com as decisões que tomamos quando somos oprimidos.

Permitam-me, aqui, exercitar o meu lado herético. O trecho termina dizendo para não voltarmos as costas aos que nos pedem. Queria propor que não viramos as costas para ninguém, princi-

palmente aos nossos opressores. Estejamos alertas, com a cabeça erguida (os japoneses se cumprimentam curvando-se perante uma pessoa ilustre, mas, embora a coluna vertebral se curve, a cabeça permanece ativa, os olhos fixos no do cumprimentado). Isso é resistência. E para que não digam que Jesus não pensava assim, escondo-me no seguinte texto: "Sede simples como as pombas e prudentes como as serpentes".

"Ouviste o que foi dito: Ama teu irmão e odeia teu inimigo" — A lição do amor

Deus presenteia a todos com sol e chuva. Como vêem, Deus não é perfeito. Ele ainda não descobriu um sistema para que chova na horta dos bons e faça seca na horta dos maus. E é essa "imperfeição" que distingue Deus e

seus filhos e filhas, dos demais. Se queremos nos tornar filhos do Pai Celeste, temos que aprender essa lição de injustiça, isto é, amar ao próximo e amar também o inimigo. Só assim seremos perfeitos. "Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é vosso Pai Celeste".

Poucas são as pessoas que cantam o espírito das "Lições da Montanha". Nas montanhas aprendemos grandes lições. Nossa oração é para que o nosso Pai Celeste nos permita ainda muitas oportunidades de, nos Alpes da nossa existência, brincar de gangorra e ouvir pelo vento sua voz para nós, desafiando-nos a exercer o ministério da reconciliação na opção radical pela totalidade da vida; demonstrar a fidelidade de alma, a mais difícil e a mais profunda; proferir palavras verdadeiras, exorcizando o Maligno com "sim, sim, e não, não"; resistir bravamente às pressões e às opressões de um mundo tenebroso, promovendo a Paz; caminhar em busca da perfeição do Pai Celeste, pelas escarpas e trilhas do amor ao próximo e aos inimigos. Amém.

Luiz Carlos Ramos é pastor da Igreja Metodista e coordenador-geral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep).

A crise das igrejas e o “princípio protestante”

Claudio de Oliveira Ribeiro



Perplexidade é o sentimento predominante nestes tempos de “inverno” por que passam as igrejas. De um lado está o crescimento das expressões religiosas de caráter intimista e massificante — como os movimentos avivalistas e carismáticos, o Pentecostalismo Autônomo e a “Igreja Eletrônica”; de outro, o enrijecimento das burocracias eclesiais e o cerceamento de propostas pastorais, tanto do campo católico como do protestante, vinculadas à Teologia da Libertação. Diante deste quadro, novos referenciais teológicos precisam ser buscados, pois os modelos atuais — devido aos reducionismos que sofreram — não mais atendem aos atuais desafios pastorais.

Um dos referenciais que despontam como bastante apropriado advém da produção teológica de Paul Tillich, elaborada décadas atrás. Trata-se do conceito de “princípio protestante”. Neste artigo espero oferecer uma visão geral desse conceito e uma reflexão sobre a vivência das igrejas e dos cristãos. Para os que lêem, cabe inferir as aplicações pastorais e práticas desta perspectiva teológica de acordo com a diversidade de contextos — confessionais, denominacionais, culturais, geográficos ou outros.

A interpretação da história

Como conceito fundamental para a interpretação da fé e da religião, o princípio protestante pode, historicamente, ser identificado em primeiro lugar na era bíblica, com a experiência dos profetas judeus. Estes representavam, por sua mensagem e ação, uma luta em nome de Deus contra a religião. Eles combateram a supremacia do culto e do dogma em relação ao povo; e a justiça tornou-se o critério devido ao seu caráter universal e incondicional.

De acordo com a interpretação teológica da história, realizada por Tillich, uma segunda evidência do princípio protestante ocorreu na era apostólica. Os apóstolos combateram a religião em nome de uma nova realidade, a qual surgira em Cristo. A fé cristã sempre considerou-se uma mensagem de algo que ocorreu como um julgamento sobre a religião, e, como evidência disso, teve por sinal a cruz. Após esse movimento crítico, uma nova religião surgiu. Trata-se do cristianismo, com dogmas, ritos, lei canônica e diferentes instituições, mas igualmente sujeito ao juízo crítico da religião.

No período pós-bíblico, o movimento histórico da Reforma surgiu como outra incorporação do princípio protes-

tante. A palavra protesto foi usada empiricamente contra um decreto cerceativo ao movimento, mas, ao mesmo tempo, significava a função de julgar, em nome de Deus, uma religião concreta — neste caso, o catolicismo romano do século XVI. Para os reformadores, somente Deus é ativo no relacionamento com os seres humanos. Estes somente podem receber — e não produzir — tal relação. Assim, o protesto profético dos reformadores constituiu-se numa aplicação do princípio protestante.

Novas igrejas surgiram e estão, igualmente, sob o juízo do espírito profético. Nenhuma denominação cristã possui a promessa de existir eternamente. Se as igrejas cristãs oriundas do movimento da Reforma não aceitarem o julgamento vindo do espírito profético do princípio protestante, não subsistirão como Igreja de Deus. (Cf. *The Encounter of Religion and Quasi-Religion*. The Edwin Mellen Press, 1990, pp. 16-7).

Portanto, o princípio protestante é algo efetivo em todos os períodos da história. Está indicado nas grandes religiões da humanidade; foi anunciado na pregação dos profetas; está manifesto na vida de Jesus como o Cristo; tem sido historicamente redescoberto nas igrejas cristãs, em especial, como fundação das igrejas da Reforma; e desafia tais igrejas sempre que estas se distanciarem de seus elementos fundantes (Cf. *The Protestant Era*. The University of Chicago Press, 1957, p. xxvi).

O critério último de julgamento da realidade

O princípio protestante é a expressão teológica da relação entre o que é incondicional e o que é condicionado; em termos religiosos, entre Deus e o ser humano. Neste sentido, constitui o canal crítico de todas as formas de idolatria, explícitas ou veladas, antigas ou modernas.

Os últimos posicionamentos da Cúria Romana e a ortodoxia das demais igrejas cristãs, em especial o cerceamento nos campos ético, ecumênico e social, são evidências incontestes da necessidade de agir e pensar segundo o princípio protestante. Este é o julgamento profético contra o orgulho religioso e a arrogância eclesial, mas também contra a auto-suficiência do secularismo e as conseqüências destrutivas dessas posturas (Idem, pp. 239-40).

A forma pela qual esse princípio se relaciona com outros aspectos do relacionamento divino-humano varia de acordo com os contextos culturais e históricos. Todavia, o espírito protestante, como um princípio, é permanente e representa um critério relativo a todas as

O princípio protestante é o canal crítico de todas as formas de idolatria, explícitas ou veladas, antigas ou modernas

realidades temporais. Por outro lado, o protestantismo, como característica de um período histórico, é temporal e, portanto, julgado por seu próprio princípio (Idem, p. xxvi).

No caso da atual conjuntura eclesial, esta afirmação merece reflexão. O fato de as igrejas cristãs estarem perdendo a identidade evangélica e de manterem suas práticas esfaceladas, sob o ponto de vista bíblico e teológico — ainda que reforçadas institucionalmente —, deve mover a todos para além da perplexidade. Novos enfoques teológicos precisam iluminar os rumos das igrejas.

As igrejas e a situação-limite da vivência humana

O ser humano na época moderna tornou-se inseguro devido à fragmentação da visão de mundo que outrora lhe concedia sustentação existencial. As diferentes correntes filosóficas que submeteram todas as referências humanas à crítica — em especial os pensamentos de Marx, Nietzsche e Freud — destruíram a antiga visão de mundo que o ser humano possuía. Além disso, pouco fizeram no sentido de construir “uma” outra visão, uma vez que encontraram, justamente nessa perspectiva, os seus próprios objetivos.

Nesta época transitória, coexistem diferentes posturas. A concepção autônoma produz a indiferença, ou seja, reduz a vivência religiosa à mera opção do indivíduo ao lado de outros aspectos seculares. Por outro lado, essa situação tem provocado frustração, distúrbio e, por vezes, desespero, o que possibilita, em algumas igrejas, o surgimento de propostas religiosas de um retorno à autoridade e à tradição, ou mesmo de perspectivas verticalistas, como é o caso do Pentecostalismo Autônomo.

O elemento que pode prevenir o ser humano de render-se a tais propostas é o despertar para as suas situações-limite ou para a definitiva e última ameaça de sua existência humana.

Não se trata da morte — porque esta, em si mesma, não é a fronteira da existência, e sim um ponto em direção a ela — mas da transcendência da existência vital. Ou seja, o ser humano não é idêntico à sua existência corpórea e vital, mas age numa busca incessante do novo, do maior, daquilo que está além de si mesmo. Ele anseia por uma liberdade de transcender sua própria exis-

tência. Desta liberdade não pode escapar e, por isso, carrega consigo o fato de ser radicalmente ameaçado.

A força da perspectiva protestante reside no fato de que ela não tenta evadir-se, por intermédio de sacerdotes, sacramentos e da Igreja, a ameaça definitiva da existência humana. Pelo fato de a religião e de a Igreja não serem em si mesmas uma garantia, elas são confrontadas com a mesma independência das demais possibilidades humanas. Não se trata de uma independência orgulhosa ou arrogante, facilmente caracterizada por um sentimento de superioridade, mas, sobretudo, de uma questão decisiva — ser ou não ser (Idem, pp. 192-6).

As igrejas precisam submeter-se a uma crítica radical e eliminar tudo o que impede ou atenua o despertar da situação-limite do ser humano. Ou seja, a mística que se supõe ser elemento para produzir um encontro imediato com o incondicional; o sacerdócio que se propõe transmitir uma garantia espiritual e ignora a insegurança da existência humana; a autoridade eclesial que reivindica estar de posse da verdade, exaurindo-se da possibilidade de erro; o ritual que possibilita uma realização de êxtase e encobre o caráter inesgotável das demandas divinas. Estas posturas omitem a impossibilidade humana e tornam a igreja vazia de sua substância fundamental, impotente diante da realidade social e secularizada, uma vez que rende-se à noção na qual todas as pessoas, lugares ou coisas podem ser santos por si mesmos.

Para que o contrário venha a ocorrer, há necessidade de que as igrejas encontrem o poder que, no passado, foi simbolizado pela cruz. Essa experiência revelou para a humanidade, de maneira singular e única, a vivência humana em sua situação-limite. Somente neste poder — na verdade, nesta impotência e pobreza — as igrejas serão despertadas para o significado de sua própria existência. Há muitos grupos nas igrejas que estão conscientes de que sua tarefa não é a defesa de um domínio religioso, mas a proclamação da situação-limite na qual todos os domínios seculares e religiosos estão postos em questão (Idem, pp. 197-8).

Em meio à perplexidade em que todos se encontram devido à realidade política e religiosa brasileira, em seus diferentes aspectos, retomar referenciais teológicos de Paul Tillich (e de outros) é tarefa necessária e fundamental. Todavia, requer disposição e ousadia.

Claudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista na Baixada Fluminense-RJ e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Celebrando o Pentecostes

Este ofício foi concebido para motivar a comunidade a uma ação missionária que deverá acontecer após o ofício, na semana seguinte. O importante é que a comunidade seja desafiada a uma ação missionária concreta. Este é o fruto do Pentecostes: a grande colheita daqueles que, ouvindo a pregação, aceitam o senhorio de Jesus Cristo e convertem-se em fiéis servos de Deus na vida de oração, comunhão e serviço.

PRELÚDIO INSTRUMENTAL — Entrada do(s) pastor(es) e oficiante(s)

LOUVAMOS E INVOCAMOS NOSSO DEUS

Responso congregacional

PASTOR: Bendito seja Deus, Pai, Filho e Espírito Santo!

TODOS: Agora e por todo o sempre!

PASTOR: Jesus Cristo ressuscitou!

TODOS: Verdadeiramente o Senhor ressuscitou! Aleluia! Aleluia! Aleluia!

PASTOR: Para sempre seja louvado!

TODOS: Amém! Aleluia!

Canto congregacional

Responso Bíblico (cf. Romanos 5.5; 8.14-16)

DIRIGENTE: Nossa esperança não nos desaponta, pois Deus tem derramado o seu amor em nossos corações por meio do Espírito Santo.

HOMENS: Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus;

MULHERES: Porque o Espírito de Deus não nos torna escravos, mas faz com que percamos o medo.

TODOS: O Espírito de Deus nos une com o nosso espírito para afirmar que somos filhos de Deus.

PASTOR: Glória a Deus Pai! Glória a Deus Filho! Glória a Deus Espírito Santo!

TODOS: Desde o princípio, agora e para sempre! Amém!

MOMENTO DA PALAVRA DE DEUS

Canto congregacional

Leitura — Isaías 44.1-5

Responso congregacional — Joel 2.28-31

Leitura — Atos 2.1-13 (leitor previamente escolhido)

Aclamação ao Santo Evangelho (Cântico de uma doxologia ou tríplice Aleluia)

Proclamação do Santo Evangelho — João 14.15-20 ou 16.8-15.

MEDITAMOS NA PALAVRA DE DEUS

Canto coral ou interlúdio instrumental

Sermão

RESPONDEMOS À PALAVRA DE DEUS

Confissão de Fé — Credo Apostólico ou outro adotado pela comunidade

Ato penitencial

PASTOR: Irmãos e irmãs, examinemos nossas vidas e, confiantes na misericórdia de Deus, confessemos os nossos pecados. (Instantes de silêncio)

DIRIGENTE: Jesus disse: "O maior mandamento é este: Amarás o Senhor Teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento."

TODOS: Pai Santo, tem piedade de nós! Não temos te amado como deveríamos. Temos colocado acima de ti nossas ideologias, nossas concepções, nossas normas morais, nossas preocupações... (Instantes de silêncio)

DIRIGENTE: Jesus ainda disse: "O segundo mandamento é semelhante: Amarás o teu próximo como a ti mesmo."

TODOS: Cristo, tem piedade de nós! Nem sempre soubemos reconhecer-te no outro, no diferente de nós; fechamo-nos em nosso egoísmo; muitas vezes o próximo nos incomoda com sua presença, com suas necessidades... (Instantes de silêncio)

DIRIGENTE: O Espírito Santo nos foi dado para sermos anunciadores das Boas-Novas, para sermos testemunhas da Verdade, para proclamarmos no mundo a Salvação em Jesus Cristo.

TODOS: Divino Espírito, tem piedade de nós! Temos medo e nos fechamos em nossa igreja; confundimos o anúncio do Evangelho com propaganda religiosa e denominacional; vivemos para a nossa igreja e não temos sido a tua Igreja no mundo... (Instantes de silêncio)

DIRIGENTE: Jesus rogou que vivêssemos em unidade, assim como ele e o Pai são um! O Espírito Santo nos une em comunidade de fé, de adoração, de testemunho e de serviço.

TODOS: Ó, Santa Trindade, Deus Uno, tem piedade de nós! Não soubemos viver unidos na nossa diversidade; fazemos das nossas diferenças motivo de ruptura e de separação; não agimos fraternalmente deixando-nos levar pela cobiça, pela inveja, pela intriga; não temos sido comunidade de amor, de testemunho e de serviço; ficamos perdidos na afirmação das nossas idéias, querendo subjugar os outros... (Instantes de silêncio)

Perdão — (O pastor apresenta o sinal do perdão e ministra a Absolição, segundo o uso da comunidade.)

Saudação da Paz — (A congregação é motivada à saudação da paz e à reconciliação entre os irmãos.)

OFERTAMOS NOSSA VIDA E NOSSO TRABALHO

Oferta — (Durante a coleta de ofertas, será cantado um hino ou cântico com tema adequado ao momento.)

Ofertório

PASTOR: Recebe, Senhor, a oferta do Teu povo, e multiplica-a em serviço a favor do Teu Reino.

TODOS: Tudo vem de ti, Senhor, e do que é Teu te damos. Amém!

INTERCEDEMOS PELA IGREJA E PELO MUNDO

Orações intercessórias — (Pessoas previamente designadas farão orações intercessórias: pela Igreja de Cristo em todo o mundo; pela unidade

dos cristãos em fraternidade e serviço; pelo vigor missionário; pela renovação e coragem da congregação; pela paz no mundo; pela justiça no mundo; pelos que sofrem no corpo e no espírito; etc. A cada oração a congregação responde):

TODOS: A nossa oração, ouve ó bom Senhor!

Oração do Pai-Nosso

INVOCAMOS O ESPÍRITO SANTO PARA NOS LEVAR EM MISSÃO

Exortação

PASTOR: Irmãos e irmãs, lemos na Escritura Sagrada que o Espírito Santo, com seu poder, transformou o medo dos apóstolos em coragem para proclamarem o Evangelho. Vamos então invocar o Santo Espírito para que também nós sejamos fortalecidos e encorajados a sair em missão.

Canto congregacional (Hino de invocação do Espírito Santo)

Mãos estendidas sobre a comunidade — (Sinal do Espírito Santo. O pastor estende as mãos sobre a comunidade invocando o Espírito Santo sobre ela.)

Motivação missionária (O pastor motivará a comunidade a ter alguns momentos de reflexão e oração; cada pessoa é convidada a orar diante de Deus, na sua intimidade, afirmando seu compromisso com a Missão)

Bênção e despedida

PASTOR: Cada um de nós é convocado por Deus a sair em missão. Missão de anunciar as Boas-Novas e os atos poderosos de Deus em Jesus Cristo. Somos convocados para anunciar o Evangelho, para denunciar o Mal em todas as suas formas, para testemunhar o amor de Deus e a salvação em Jesus Cristo.

TODOS: Eis-me aqui, Senhor! Envia-me no teu Poder!

PASTOR: O Espírito da Verdade guie vocês a toda verdade e conceda-lhes a graça de confessar que Jesus Cristo é o único Senhor, dando a vocês força e discernimento para proclamar a Palavra e as obras de Deus; e a bênção de Deus Onipotente, Pai, Filho e Espírito Santo seja com todos vocês e com vocês habite para sempre!

TODOS: Amém!

PASTOR: Vão na Paz de Cristo, sejam corajosos e fortes no testemunho do Evangelho a todas as pessoas; sirvam ao Senhor com alegria.

TODOS: No poder do Espírito Santo, Aleluia!

Canto congregacional — (Hino sobre vocação missionária)

POSLÚDIO INSTRUMENTAL — (Saída do pastor e do povo)

Esta liturgia foi preparada pelo rev. **Luiz Caetano Grecco Teixeira**, ost. sacerdote da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (Diocese de Brasília) e membro da Ordem de São Tiago de Jerusalém.